INSTITUTO DE EDUCAÇÃO — ULISBOA

FICHA DE UNIDADE CURRICULAR

2024/2025

Curso

Mestrado em Educação- Inovação em Educação

Designação

Avaliação de Programas e de Projetos Educativos e Formativos

Docente(s) (Indicar também qual o docente responsável pela U.C.)

Marta Mateus de Almeida

Descrição geral (ECTS, Carga horária, apoio tutorial, etc.)

7,5 ECTS; b-learning, apoio tutorial com marcação.

Objectivos

- Compreender de forma abrangente e aprofundada os domínios mais relevantes das práticas de avaliação de programas e de projetos.
- Desenvolver conhecimentos acerca da importância da avaliação de programas e de projetos com base numa pluralidade de abordagens de avaliação.
- Mobilizar conhecimentos acerca de paradigmas e abordagens de avaliação para analisar as necessidades de programas e projetos concretos de avaliação.
- Desenhar avaliações de programas e de projetos que tenham múltiplos propósitos e que se desenvolvam numa diversidade de contextos.

Competências

- Ser capaz de avaliar programas e projetos educacionais tendo em conta diferentes pontos de vista.
- Ser capaz de desenhar, preparar, implementar, avaliar e disseminar avaliações de programas e de projetos.
- Ser capaz de analisar criticamente políticas, projetos, práticas, relatórios e resultados de avaliações numa diversidade de áreas e de contextos.

Conteúdos programáticos

Os conteúdos programáticos desta unidade curricular desenvolvem-se segundo as seguintes três Áreas Temáticas.

Área Temática 1.

Perspetivas Teóricas, Fundamentos e Abordagens de Avaliação

Área Temática 2.

Perspetivas sobre avaliação de Programas e Projetos.

Área Temática 3.

Análise crítica de estudos de avaliação de programas e projetos.

Bibliografia geral

Fernandes, D. (2013). Avaliação em educação: Uma discussão de algumas questões críticas e desafios a enfrentar nos próximos anos. *Revista Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, n.º 78, vol. 21, pp. 11-34.

Fernandes, D. (2011). Avaliação de programas e projetos educacionais: Das questões teóricas às questões das práticas. In D. Fernandes (Org.), *Avaliação em educação: Olhares sobre uma prática social incontornável*, pp. 185-208. Pinhais, PR: Editora Melo.

Fetterman, D. (2001). *Foundations of empowerment evaluation*. Thousand Oaks: Sage Publications.

Fitzpatrick, J., Christie, C. e Mark, M. (2009). *Evaluation in action: Interviews with expert evaluators.* London: Sage.

Frechtling, J., Mark, M., Rog, D., Thomas, V., Frierson, H.Hood, S., Hughes, G. & Johnson, E. (2010). *The 2010 user friendly handbook for project evaluation*. Washington: The National Science Foundation.

Greene, J. (2006). Evaluation, democracy, and social change. In I. Shaw, J. Greene & M. Mark (2006), *The Sage handbook of evaluation*, pp. 118-140. London: Sage.

Holden, D. & Zimmerman, M. (2009). *A practical guide to program evaluation planning*. London: Sage.

House, E. & Howe, K. (2003). Deliberative democratic evaluation. In T. Kellaghan & D. Stufflebeam (Eds.), *International handbook of educational evaluation*, pp. 79-102. Dordrecht: Kluwer.

Lukas, J., & Santiago, K. (2004). Naturaleza de la investigación y evaluación en educación. In J. Lukas e K. Santiago, *Evaluación Educativa* (pp.15-52). Madrid: Alianza Editorial.

Madaus, G. & Stufflebeam, D. (2000). Program evaluation: A historical overview. In D. Stufflebeam, G. Madaus & T. Kellaghan (Eds.), *Evaluation models: Viewpoints on educational and human services evaluation* (2nd edition), pp. 3-18. Dordrecht: Kluwer.

Mark, M., Greene, J., & Shaw, I. (2006). The evaluation of policies, programs and practices. In I. Shaw, J. Greene & M. Mark (Eds.), *Handbook of evaluation: Policies, programs and practices* (pp. 1-30). London: Sage.

Nevo, D. (2006). Evaluation in education. In I. Shaw, J. Greene & M. Mark (2006), *The Sage handbook of evaluation*, pp. 440-460. London: Sage.

Patton, M. (2003). Utilization-focused evaluation. In T. Kellaghan & D. Stufflebeam (Eds.), *International handbook of educational evaluation*, pp. 223-244. Dordrecht: Kluwer.

Pérez Juste, R. (2006). *Evaluación de programas educativos* (pp. 21-47). Madrid: La Muralla.

Schwandt, T. & Burgon, H. (2006). Evaluation and the study of lived experience. In I. Shaw, J. Greene & M. Mark (2006), *The Sage handbook of evaluation*, pp. 98-117. London: Sage.

Scriven, M. (2000). Evaluation ideologies. In D. Stufflebeam, G. Madaus & T. Kellaghan (Eds.), *Evaluation models: Viewpoints on educational and human services evaluation* (2nd edition), pp. 249-278. Dordrecht: Kluwer.

Stake, R. (2003). Responsive evaluation. In T. Kellaghan & D. Stufflebeam (Eds.), *International handbook of educational evaluation*, pp. 63-68. Dordrecht: Kluwer

Stake, R. (2006). *Evaluación comprensiva y evaluación basada em estándares* (pp. 41-102). Barcelona: Graó.

Stufflebeam, D. (2000). Foundational models for 21st century program evaluation. In D. Stufflebeam, G. Madaus & T. Kellaghan (Eds.), *Evaluation models: Viewpoints on educational and human services evaluation* (2nd edition), pp. 33-83. Dordrecht: Kluwer.

Stufflebeam, D. (2003). The CIPP model for evaluation. In T. Kellaghan & D. Stufflebeam (Eds.), *International handbook of educational evaluation*, pp. 31-62. Dordrecht: Kluwer.

Métodos de ensino

Os objetivos encontram uma resposta na metodologia adotada, nomeadamente em aulas de cariz teórico-prático, de natureza dialógica e argumentativa, incluindo a exposição de temas, a elaboração de sínteses pela docente e a orientação na realização, pelos estudantes, de momentos de problematização, discussão e reflexão e integração de conhecimentos em pesquisas de pequena dimensão.

O dispositivo de avaliação adotado revela-se adequado a esta forma de organização do trabalho formativo procurando o equilíbrio entre a valorização do esforço individual e do esforço coletivo, o trabalho desenvolvido em sala de aula e o estudo autónomo, capacidades de interpretação, análise e discussão e as competências associadas ao domínio de conhecimentos fundamentais sobre as políticas de promoção de avaliação de organizações educativas.

A organização pedagógica inclui duas componentes principais: (a) análise dos temas e conteúdos, com base em informação diretamente fornecida pela professora, e com recurso à leitura de textos de apoio; (b) focalização no trabalho dos mestrandos (organizado em plenário, em pequenos grupos e/ou individualmente), orientado para discussão em torno de temas previamente definidos, tendo como suporte os conteúdos abordados nas sessões teóricas e a leitura prévia de textos de apoio indicados pela docente.

Regime Geral de Avaliação (Modalidades, elementos, calendarização, ponderação, etc.)
Determinação da Classificação

Avaliação Contínua

A avaliação final do desempenho individual será estabelecida a partir dos seguintes parâmetros:

(A) Presença efetiva (assídua e pontual) nas sessões agendadas, e participação ativa e produtiva no trabalho coletivo, nomeadamente na discussão/apresentação de temas e análise dos textos de apoio. (10%)

(B) Trabalho de Grupo (apresentação oral) (35%)

(C) Trabalho individual escrito (55%)

Regime Alternativo de Avaliação (Modalidades, estudantes abrangidos, elementos, calendarização, ponderação, etc.)

Os estudantes em regime especial de frequência, i.e., em circunstâncias reconhecidamente especiais, devidamente comprovadas e de acordo com os normativos em vigor, **deverão comunicar ao docente a sua situação no início do semestre** e acordar com ele a forma de acompanhamento da unidade curricular. Neste caso, além das tarefas de avaliação aplicáveis previstas no programa, será igualmente objeto de avaliação uma **Prova Escrita Final**, prevista para estudantes em Regime Alternativo de Avaliação conforme dispõem os pontos 3 e 4 do Artº 4º do Regulamento de Avaliação das Aprendizagens do IE-UL.

Para acederem à Prova Escrita Final estes estudantes **terão de entregar todos os trabalhos previstos nas datas marcadas.**

Ponderação da Classificação

1. **Trabalho individual** 30%
2. **Prova Escrita Presencial Final** 70%

Regras relativas à melhoria de nota

Nos termos previstos nos normativos legais, os alunos poderão tentar melhorar a sua classificação final através da realização de um exame no ano seguinte. Podem ainda fazê-lo numa época especial se preencherem as condições legalmente previstas.